
**O 25 DE ABRIL VISTO DO SUL:
OLHARES AFRICANOS E OUTROS¹**

The 25 de Abril as seen from the South - African and other views

Rosa Adanjo Correia²

RESUMO: Na sequência do Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, pretendeu-se realizar uma consulta de jornais nacionais publicados entre os dias 26 de abril e 3 de maio de 1974. Igualmente procurou-se analisar uma obra, contendo perspetivas diversas de órgãos de imprensa estrangeira, assim como o romance *Vinte e Zinco* de Mía Couto, a fim de ter um panorama sobre os ecos do Golpe de Estado e o impacto deste acontecimento histórico na Guerra Colonial e na independência ou autonomia das colónias.

PALAVRAS-CHAVE: “25 de Abril”; Guerra Colonial; Imprensa Nacional; Imprensa Internacional; Romance *Vinte e Zinco*.

ABSTRACT: In order to have a panorama of the echoes of the 25 de Abril 1974 coup, namely its impact on the colonial war and the independence/autonomy of the colonies, the following sources were consulted and analysed: the national newspapers published between 26th April and 3rd May 1974, an essay presenting diverse perspectives in the foreign press and the novel *Vinte e Zinco* by Mía Couto.

KEYWORDS: “25 de Abril”, Colonial war, National press, Foreign press, novel *Vinte e Zinco*

¹ Trabalho referente à intervenção na Mesa Redonda realizada pelo Grupo 2 do CLEPUL com o título de “O 25 de Abril visto do Sul. Olhares africanos e outros”, no âmbito da Exposição homónima decorrida no dia 20 de Maio de 2014, no átrio da Biblioteca da Faculdade de Letras de Lisboa. NOTA: Texto escrito de acordo com a Nova Ortografia. Nas citações e transcrições foi respeitada a ortografia da época. Foi claramente mantida a ortografia “Abril” em 25 de Abril e nas referências aos títulos dos capítulos do romance de Mía Couto.

²Investigadora do CLEPUL — grupo 2, Universidade de Lisboa.

*Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo*

Sophia de Mello Breyner, *O nome das coisas*

INTRODUÇÃO

Nas primeiras horas do dia 25 de Abril de 1974, a explosão da alegria de um povo amordaçado e manietado pela polícia política e censura do Estado Novo manifestou-se pelas ruas de Lisboa e repercutiu por todo o país.

E no Sul? Compreendendo aqui “Sul” os povos “ultramarinos” e os movimentos de libertação que lutavam pela independência desde fevereiro de 1961 em Angola, janeiro de 1963 na Guiné e setembro de 1964 em Moçambique. Como foi visto, sentido e que reação suscitou a expressão desta liberdade? Como encararam o futuro à luz desta mutação política na Metrópole? Como intuíram a concretização das suas legítimas aspirações a uma liberdade e independência que tanto tinham tardado? Seria que a liberdade iria chegar a todos ao mesmo tempo?

Através dos meios de comunicação da época, da RTP e radiodifusão aos jornais, a boa nova espalhou-se. De imediato, pelo mundo fora, nos dias subsequentes ao 25 de Abril, as reações não se fizeram esperar, desde pedidos de informações mais concretas e de esclarecimentos sobre determinados aspetos relativos à continuação ou cessação da guerra e à independência ou autonomia das colónias, assim como a exigência de parâmetros para o reconhecimento do novo regime saído do Golpe de Estado, nomeadamente, o fim da guerra colonial e o encetar de conversações. Na imprensa estrangeira, as notícias concentraram-se *grosso modo* em três áreas: as causas do golpe de Estado, o fim da guerra colonial e o futuro das colónias.

Hoje continuamos a recorrer aos milhares de documentos que, guardando a memória desses dias de revolução, em que, de repente, tudo se tornou descoberta, para lembrar, reviver e continuar a consagrar essa

madrugada. Homenageamos os jornalistas que incansavelmente testemunharam nos matutinos e vespertinos esses dias em que quase não se dormiu, tão grande foi a sensação da liberdade reconquistada.

A Portugal acorreu uma infinidade de jornalistas estrangeiros e as agências noticiosas internacionais foram emitindo as suas reflexões e análises, conservadas muitas delas ao longo dos últimos 40 anos.

Com base em arquivos *online* da Hemeroteca Digital de Câmara Municipal de Lisboa, da Fundação Mário Soares e da Universidade do Minho-Biblioteca Pública de Braga assim como dos arquivos dos periódicos seja em papel ou em microfilme na Biblioteca Nacional de Portugal, foi possível consultar *A Capital*, os *Diário de Lisboa* e *Diário Popular*, *O Século* e *República*, já desaparecidos, e *Diário de Notícias*, o único sobrevivente (em circulação desde 29 de dezembro de 1864). Todos jornais diários de Lisboa.

Na extensa obra *Nas Bocas do Mundo. O 25 de Abril e o PREC na Imprensa Internacional* pudemos aceder a algumas repercussões em *media* de referência internacional e perceber também o impacto da semana subsequente ao 25 de Abril.

ECOS NA IMPRENSA NACIONAL

No dia 26 de abril, *A Capital* veiculava na página 16 várias notícias: a partir de Luanda, Angola esperava informação oficial; pela agência Reuter de Joanesburgo, Moçambique e Rodésia pediam informações. Ainda nesta página, outras notícias oriundas daquela zona titulavam “Movimentos de libertação pessimistas”; “Moçambique ponto-chave da Rodésia”; “Bomba na África Austral”; “Interesse na ONU” (*A Capital*, 16 abr. 1974, p.16).

Por sua vez, o *Diário de Lisboa* transcrevia em “Opinião africana” excertos do editorial do *East African Standard* (Nairobi):

Os acontecimentos em Lisboa arrancaram uma das pernas do banco racial em que se encontravam sentados confortavelmente há tanto tempo a África do Sul, a Rodésia e Portugal. [...] Se como parece possível a nova Junta em Portugal adoptar uma atitude mais liberal em relação aos

territórios africanos, então os Sr. Vorster e o Sr. Smith deverão ser homens preocupados, especialmente o último que tem dependido muito das ideologias de supremacia branca para assegurar a passagem do seu comércio ilegal através do porto da Beira e, confessadamente com menos facilidade, por intermédio de Angola (*Diário de Lisboa*, 26 abr. 1974, p. 9).

Sempre neste dia, o *Diário de Lisboa* noticiava em “Os Movimentos de Libertação face aos acontecimentos em Portugal” as reações dos combatentes dos territórios oriundas de várias capitais de países africanos, como Dakar (PAIGC) Kinshasa (Holden Roberto), Lusaka (Coremo), Salisburia (ANC), todas sintetizadas em:

O levantamento militar em Portugal é pouco provável que modifique a atitude dos Movimentos Africanos de Independência nos territórios portugueses — indicaram em Dakar observadores políticos. Embora não houvesse reacção imediata do PAIGC sente-se que a chefia do Partido [...] que recentemente declarou unilateralmente a independência na Guiné-Bissau não vê o levantamento militar como provável de introduzir uma modificação fundamental no sistema colonial português. [...] Em Kinshasa [...] Holden Roberto recusou-se a fazer quaisquer comentários até que a situação em Portugal evolua. [...] Entretanto, não foi possível contactar com membros da Frelimo. [...] Membros do MPLA exprimiram opiniões semelhantes ao serem contactados, mas aguarda-se uma declaração formal do porta-voz oficial. [Em síntese] Os combatentes dos Movimentos de Libertação dos territórios africanos de Portugal não se sentem seguros se o golpe militar virá a ajudar a luta que travam pela independência total das colónias (*Diário de Lisboa*, 26 abr. 1974, p. 13).

No dia 27 de abril, podia ler-se em *O Século* a notícia: “Guerrilheiros estão prontos para o diálogo” com informações oriundas de

Otava, Dakar, Kinshasa, Dar-Es-Salam, Bissau e Lourenço Marques e correspondendo aos movimentos das três frentes de batalha africanas (*O Século*, 27 abr. 1974, p. 8).

Nesse mesmo dia, *A Capital* sob o título “Reacções dos países africanos ao Golpe Militar português” dava-nos a posição vinda de várias capitais de países africanos, iniciando por Lagos onde

... os dirigentes nigerianos continuam a estudar o impacto da revolta militar portuguesa sobre a África [...] um jornal que pertence ao governo nigeriano propõe hoje a abertura de um diálogo entre a nova Junta de Salvação Nacional e a O.U.A. sobre o futuro dos territórios africanos. ... [em Monrovia, o *Liberian Age* regista] os portugueses já não morrerão nas florestas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. [em Kampala] A África não se pode satisfazer com uma simples mudança de Governo em Portugal e apenas apoiará a Junta de Salvação Nacional se a independência total for concedida aos territórios portugueses no continente africano — declara o presidente da República do Uganda, Idi Amin, num telegrama dirigido ao presidente da Junta, António de Spínola (*A Capital*, 27 abr. 1974, p. 9).

Prosseguindo esta extensa notícia com as reacções alinhadas pelo mesmo diapasão de Lusaka, Accra, Nairobi, Dacar, Lomé, onde se manifesta a esperança numa modificação radical da política portuguesa em África. (*A Capital*, 27 abr. 1974, p. 9).

Sempre a 27 de abril, o vespertino *Diário Popular* foi o periódico com maior número de notícias, quer relacionadas com reacções às primeiras declarações do General Spínola sobre a futura política ultramarina portuguesa cujo longo título a abrir o jornal “A autodeterminação só se pode resolver através da vontade de um povo e a independência imediata corresponderia à aceitação de uma vontade que não era desse povo” (*Diário Popular*, 27 abr. 1974, p. 1), determinou que de Luanda, houvesse “Manifestações de apoio à Junta de Salvação no Ultramar Português” e “Duzentos mil brancos de Moçambique apoiam a Junta” (*Diário Popular*, 27 abr. 1974, p. 13). Em

sentido oposto “Um jornal da Tanzânia, comentando declarações do General Spínola” em Dar-es-Salam, declara:

A África nunca aceitará a reivindicação de Portugal a territórios fora da Europa, segundo afirma hoje o “Daily News”, jornal do governo da Tanzânia. [...] Tal é completamente ambíguo, Portugal como Spínola o vê, não está limitado a um canto na Europa Ocidental, como podereis pensar se olhardes para o mapa. [...] Essa era uma das interpretações, não pode, não deve e nunca aceitará (*Diário Popular*, 27 abr. 1974, p. 18).

Na mesma página, a partir de Kinshasa, a notícia “A posição do movimento chefiado por Holden Roberto”, mostrando este dirigente africano esperançado em negociações, no entanto avisa

... se os angolanos tiverem amanhã que conquistar a independência pelas armas, não haverá móveis a salvar. A nossa posição será radical e expulsaremos, pelas armas, todos os portugueses de Angola. [...] Sei que os soldados-colonos são nostálgicos. Mas se quiserem colaborar conosco no desenvolvimento do nosso país, serão bem-vindos e a sua segurança será garantida por nós. Em contrapartida, se declararem uma independência unilateral, a nossa luta endurecerá ainda mais (*Diário Popular*, 27 abr. 1974, p. 18).

Continuando no *Diário Popular* de 27 de abril, surgem notícias sobre o aplauso de organizações internacionais como CEE e NATO: “Sensível modificação de atitude da N.A.T.O. e C.E.E. relativamente ao nosso país — prevê-se em Bruxelas” (*Diário Popular*, 27 abr. 1974, p. 15). Mais adiante alguns países manifestam regozijo e apoio ao novo regime em Portugal: “A tomada do poder pelas forças armadas comentada no estrangeiro: Holanda [...] Canadá [...] União Indiana [...] Bélgica [...] Malásia” (*Diário Popular*, 27 abr. 1974, p. 19).

No dia seguinte, *A Capital* veiculando um anúncio do Ministério das Relações Exteriores de Brasília: “Brasil reconhece Junta de Salvação Nacional — Câmara Parlamentar do Brasil aplaude mudança de regime” (*A Capital*, 28 abr. 1974, p. 8). Igualmente em grande destaque, refere “China congratula-se”, proveniente de Hong-Kong pela agência Nova China que, todavia, avisou:

... a pandilha que estava no poder em Portugal reprimiu durante anos e anos os movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné [...] não enfraqueceu os movimentos de libertação nacional, antes pelo contrário. Isolou Portugal a nível internacional e teve sérias consequências internas a nível económico e social, provocando um profundo descontentamento na população portuguesa. Foi contra tudo isso que surgiu este golpe de Estado (*A Capital*, 28 abr. 1974, p. 8).

A 29 de abril vários jornais davam conta de alguma movimentação em Angola e Moçambique.

A Capital dava notícias procedentes da Beira — “Manifestação em Moçambique contra independência tipo Rodésia” e de Luanda — “Democratas angolanos fazem declarações”, — congratulando-se com a abolição da censura (*A Capital* p. 8, 29/04). Reproduz também uma mensagem de apoio ao general Spínola do “Movimento das Mulheres de Angola”:

Confiamos que o patriotismo dos soldados que lutaram e lutam no Ultramar é incompatível com o negociar do sangue de mártires e heróis vertido nestas terras, onde muitas de nós nascemos e onde todas queremos continuar a viver sob a bandeira portuguesa. E esperamos confiadas o reconhecimento do direito inalienável de sermos ouvidas com prioridade sobre quem do Ultramar apenas conhece o nome (*A Capital*, 29 abr. 1974, p. 8).

Por sua vez, o *Diário de Lisboa* informa de Argel: “O MPLA. e a FRELIMO rejeitam a solução federativa”, recusando a solução definida pelo general Spínola: enquanto o MPLA assevera que a “luta do povo angolano continuará até à libertação completa de Angola”. Rosária Tembe, secretária da informação da Frelimo, afirma “os acontecimentos em Portugal não podem afectar nem por um momento a continuação da luta de Moçambique”, falando em nome de todos os movimentos de libertação das colónias portuguesas anuncia que estes “combatem pela liberdade e pela autodeterminação” e acrescenta “enquanto esses objectivos não forem alcançados, não poderemos descansar” (*Diário de Lisboa*, 29 abr. 1974, p.14). Reproduz também um “Comunicado da Comissão Executiva da Frente de Libertação de Moçambique” (Dar-Es-Salam) de que salientamos:

Qualquer tentativa para iludir o verdadeiro problema apenas conduzirá a novos sacrificios igualmente evitáveis; a maneira de solucionar o problema é clara: reconhecimento do povo de Moçambique à independência. Se todavia o objectivo do golpe de estado é encontrar nova fórmula para perpetuar a opressão do nosso povo, então os dirigentes portugueses são avisados de que enfrentarão a nossa determinação firme (*Diário de Lisboa*, 29 abr. 1974, p. 24).

Merecem-nos especial destaque duas referências a posições africanas opostas, a “Posição tunisina”, integrada no comunicado da Frelimo, expressa no jornal *Al Almal*, de Tunes, manifestando:

... o desejo de que os novos dirigentes portugueses se pronunciem brevemente a favor da liquidação total de uma política que só trouxe a Portugal a reprovação e a indignação tanto em África como no resto do Mundo. A nossa esperança é que os novos dirigentes permitam aos povos africanos a soberania dos seus direitos fundamentais, a soberania e a independência. [...] a posição do general Spínola no sentido de criar uma federação, agrupando Portugal e as colónias africanas, não pode servir de

enquadramento adequado a uma política de abertura (*Diário de Lisboa*, 29 abr. 1974, p. 24).

Em contraponto, justamente na coluna à direita, de Pretória a “Expectativa na África do Sul” menciona a partir do segundo parágrafo:

A África do Sul manifesta-se especialmente preocupada a respeito do novo regime relativamente aos territórios de Portugal em África, que são encarados como uma importante zona de tampão entre a África Negra e o sul dominado pelos brancos. O jornal “Johannesburg Sunday Times” disse que se deve esperar certa modificação em Moçambique e Angola e comentou que a mudança poderá ser para melhor. [...] Seja como for, a revolução em Portugal deve ter profundas consequências para a África do Sul. [...] A chamada para que a África do Sul exerça a sua vigilância e se encontre em perfeita capacidade política para exercer o seu Governo e o domínio da situação é agora, quiçá, maior do que nunca (*Diário de Lisboa*, 29 abr. 1974, p. 24).

Vários periódicos deram conta, no dia 29 de abril, de um comunicado, da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (CNSPP), de que havia ainda centenas de cidadãos presos em campos de internamento coloniais: Tarrafal, São Nicolau e Machava.³

A 30, repetiam-se em todos os jornais consultados do *República* a *O Século* passando pelo *Diário Popular*, novos comunicados procedentes de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau: MPLA, FRELIMO e PAIGC, reiteravam os apelos de cessar-fogo imediato e de reconhecimento do direito às respetivas independências. Por outro lado, noticiavam manifestações várias de apoio ao golpe de Estado ou à Junta de Salvação Nacional. Por exemplo, *A Capital* noticiava: “Manifestantes em Lourenço Marques cantam balada de José Afonso” e “Multidão angolana manifesta-se em Luanda” (*A Capital*, 30 abr. 1974, p. 10). O *Diário de Lisboa* informava “Estudantes de

³ Segundo o *Diário de Lisboa*, *A Capital* e *O Século*, viriam a ser libertados a 3 de maio.

Moçambique contra possíveis golpes de direita” (*Diário de Lisboa*, 30 abr. 1974, p. 3).

Sempre a 30, o *Diário de Notícias* divulgava o “Programa Político” do GUMO — Grupo Unido de Moçambique, com apenas sete pontos, dos quais destacamos:

[5. princípios de] multirracismo, diálogo, respeito dos parâmetros legais legitimamente estabelecidos [6. proposta de] servir uma comunidade luso-moçambicana pela defesa e fortalecimento dos laços históricos, culturais e económicos [7. objetivo de] lutar pela participação activa da comunidade negro-mestiça na estrutura económica moçambicana (*Diário de Notícias*, 30 abr. 1974, p. 24).

As notícias dos dias 2, 3 e 4 de maio continuaram a tratar as temáticas afins às dos dias anteriores: urgência do cessar-fogo, independência para as colónias exigida pelos movimentos de libertação e pelos países africanos solidários com as suas lutas (Guiné-Conacri, Senegal, Zaire, Libéria, Quênia e Malawi, entre outros), assim como outras nações europeias (Grã-Bretanha, Holanda, Bélgica, entre outras), não esquecendo os U.S.A e Canadá.

No dia 2 de maio o *Diário Popular* reuniu um conjunto de notícias: “Agostinho Neto recebido no ministério inglês dos estrangeiros” e “Holden Roberto: ‘dois pesos e duas medidas’” (Kinshasa), protestando contra a libertação de presos políticos da metrópole, enquanto os do ultramar continuam nas prisões; um comunicado da Molimo [Movimento de Libertação de Moçambique], organização que aparece pela primeira vez, assumindo-se como uma organização não violenta e pedindo o início de negociações para a independência, todas publicadas no mesmo jornal e página (*Diário Popular*, 2 maio 1974, p. 24).

No dia 3 de maio, um preocupante “Comunicado das Forças Armadas em Angola” dava conta de três ataques da UNITA em Cangumbo, Cangongo e Rio Munhango (*A Capital*, 3 maio 1974).

A 4 de maio o MRPP manifestou-se no aeroporto de Lisboa contra o embarque de soldados para o Ultramar (*Diário Popular*, 4 maio 1974).

Com se pôde observar, na sequência das declarações do general Spínola começam a definir-se posições entre dois campos possíveis e, na indefinição de uma orientação concreta de Lisboa, os movimentos de libertação e os países amigos intensificam os apelos, assumindo-se declaradamente pela independência, e exigem uma solução rápida.

ECOS NA IMPRENSA INTERNACIONAL

Na sequência da nossa pesquisa sobre os ecos do 25 de Abril na imprensa, afigurou-se-nos oportuno consultar a obra *Nas Bocas do Mundo. O 25 de Abril e o PREC na Imprensa Internacional*,⁴ fruto de uma aturada pesquisa dos seus autores em vários *media* estrangeiros, fundamentalmente de textos de opinião. Incidimos a nossa leitura sobre o período imediato ao dia 25 de Abril, tratado no capítulo “1. Golpe na Madrugada” (p.40-46), tendo constatado a unanimidade das análises relativas ao desencadear do 25 de Abril: “A guerra colonial foi a causa mais citada pelos articulistas para explicarem a eclosão do 25 de Abril” (MONICO; VIEIRA, 2014, p. 40).

A percepção de que no âmago do Golpe de Estado militar se concentrava o fim da luta armada em África está patente logo a partir do dia 26 de abril, desde o *The Christian Science Monitor* (Boston), que escrevia “No cerne do golpe nocturno de quinta-feira em Portugal está o descontentamento dentro das forças amadas com as guerras coloniais em África” ao *Arbeiter Zeitung* (Áustria): “O Exército português está farto da guerra em África”, passando por Philippe Roy, que no *La Suisse* falou de um exército “traumatizado pela guerra colonial” (MONICO; VIEIRA, 2014, p. 41).

A 4 de maio o *The Economist* (Grã-Bretanha) expunha que o efeito de corrosão da “acção dos nacionalistas africanos” teria impulsionado “a libertação dos portugueses, pois a “única maneira de os soldados escaparem ao emaranhado africano foi derrubar o governo em Lisboa” (MONICO; VIEIRA, 2014, p. 42). No *24 Heures* (Suíça - 26 de abril) Gaud considerava

⁴ MONICO, Reto e VIEIRA, Joaquim, *Nas Bocas do Mundo.– O 25 de Abril na Imprensa Internacional*, Lisboa, Tinta da China, 2014.

surpreendente e revolucionária a tomada de consciência dos oficiais sobre uma luta armada sem fim e a consciência da impossibilidade de uma vitória (MONICO; VIEIRA, 2014, p. 41).

Outra das temáticas, também logo a 26, focava o desencontro de uma política metropolitana e a realidade nos teatros de guerra, ou a quantia desmedida gasta com uma luta em três frentes num país pobre e sem recursos (*Le Figaro*, *Wiener Zeitung*, *Journal de Genève*), assim como o descontentamento e a insatisfação da população perante tal situação impossibilitada de se manifestar, como é exposto no *The Washington Post*, que

constatava a 1 de Maio a existência em Portugal de muita gente insatisfeita com a guerra (os militares, os intelectuais, os homens de negócios, o homem da rua...), pelo que, concluía, a mudança era indispensável, e a única maneira de o fazer era um golpe de Estado (MONICO; VIEIRA, 2014, p. 42).

Dois dias antes do golpe, *The Boston Globe* havia estabelecido a comparação entre Caetano e Lyndon Johnson:

Eis a versão portuguesa do que aconteceu neste país em 1968, quando o presidente foi forçado a abandonar a corrida eleitoral desse ano no seguimento da crescente movimentação popular contra a nossa guerra, impossível de vencer, no Vietname (MONICO; VIEIRA, 2014, p. 42).

Poucos dias depois, as implicações do 25 de Abril para um “império tão vasto como o português” iriam, também elas, ser alvo das reflexões da imprensa internacional.

Patrick O’Donavan, em *The Guardian* (Grã-Bretanha) de 28 de abril escrevia sobre a dificuldade de encontrar uma solução e o *Financial Times* (Londres), a 29, opinava que “o golpe de Lisboa abriu uma caixa de Pandora” não sendo de prever com que efeito, assim como *La Vanguardia Española* cujo editorial, de 11 de maio, interrogava como iria Portugal resolver “a delicada situação das suas províncias africanas” (MONICO;

VIEIRA, 2014, p. 42). Sobre este problema, algumas das dificuldades seriam veiculadas por Tad Szulc no *The Washington Post* de 2 de maio que lembrava a dificuldade da negociação da questão colonial, “já que Lisboa não saberia com quem negociar” (MONICO; VIEIRA, 2014, p. 44).

A especulação sobre os autores do golpe apareceu dividida. Se alguns jornalistas manifestaram respeito como Leo Valiani do *Corriere della Sera* (Itália) — “Afinal, precisamente na Península Ibérica e na América Latina, em grande parte do século XIX, a bandeira dos oficiais apaixonados pelo destino político das suas nações era um a bandeira liberal” — ou Emilio Lozano e Florentino Perez do *ABC* (Espanha), outros houve que expuseram as suas dúvidas, esperando pelo evoluir dos acontecimentos, como foi o caso, entre outros, de Marc Heyd do *La Suisse* e Rauber do *Voix Ouvrière* (Suíça), ambos em periódicos suíços, assim como o editorialista do *Frankfurter Allgemeine Zeitung* (MONICO; VIEIRA, 2014, p. 44).

IMPACTO A SUL

Como se foi comprovando por algumas informações transmitidas na amostragem de alguns jornais portugueses, nos territórios ultramarinos, os dias de Abril foram bem diversos dos vividos na metrópole, à explosão de alegria e liberdade contrapôs-se, entre as populações, a sensação de que, a breve trecho, iria levar ao conflito de interesses, algo anestesiado, durante o período da guerra.

Em África, a abertura de uma clivagem em torno da questão da independência, confinou a dúvida e delimitou, de imediato, os campos. Fidelidade à bandeira portuguesa ou autonomia? Federação ou autonomia parcial ou independência total? Independência sim, mas que modelo seguir? Na mente de alguns, uma escassa minoria, estava o exemplo da Rodésia, mas a maioria pretendia encaminhar-se para um paradigma onde todos tivessem lugar, segundo Agostinho Neto em: “O M.P.L.A. não tenciona expulsar os cidadãos portugueses depois da independência de Angolano — declarou em Bruxelas o dr. Agostinho Neto”:

... não basta pôr flores nas espingardas para que os problemas fiquem resolvidos. Foi dado um grande passo e estamos a negociar, em qualquer momento, com os dirigentes com a Junta Portuguesa. Receamos, no entanto,

que o general Spínola só tenha dado um passo tático, para chegar a uma solução provisória e salvar Portugal do isolamento, no plano internacional.

Agostinho Neto afastou a ideia de uma federação entre Portugal e os territórios africanos e mostrou-se céptico quanto ao livro do general Spínola “Portugal e o Futuro”, porque preconiza precisamente uma federação que deixaria os cargos ministeriais importantes nas mãos dos portugueses.

O presidente do M.P.L.A. afirmou que não tem, de modo nenhum, a intenção de expulsar os portugueses depois da independência, porque o seu povo mantém com eles laços há perto de 500 anos (*Diário de Lisboa*, 29 abr. 1974, p. 24).

Por sua vez, Areosa Pena denuncia num longo artigo de opinião, publicado a 4 de maio no Semanário *Expresso* o ambiente de indefinição que se respirava nas margens do Índico: “Em Moçambique os relógios batem atrasados na hora da democratização”:

Os moçambicanos na sua esmagadora maioria, sejam eles pretos, brancos ou mulatos, ainda não se convenceram que já não há razão para terem mais medos. Os relógios que aqui marcam o tempo da grande mudança continuam a bater a descompasso e a marcar horas atrasadas. Moçambique é de todos os territórios ultramarinos, segundo nos apercebemos pela leitura e audição dos noticiários, onde sopra mais forte o vento das reacções. Reacção emergente de circunstâncias em que a desproporção entre o número de brancos e de pretos, a vizinhança de potências racistas como a Rodésia e a África do Sul, o racismo que durante os últimos cinquenta anos, de uma forma mais ou menos declarada, se insinuou e fixou nesta terra criando um fosso cada vez mais difícil de transpor, são as mais importantes.

Aqui a repressão foi sempre mais dura, as pequenas primaveras liberalizadoras mais curtas, a censura mais feroz, os governadores mais divorciados do Povo, [...] os jornais mais conservadores, o grande capital latifundiário e colonialista mais poderoso, o trabalhador negro mais explorado, o branco mais privilegiado.

Tais condições aliadas aos exemplos da Rodésia e da África do Sul eram dados à minoria branca como indicadores de uma solução ideal [...] têm nestes dias criado um ambiente propício às manobras das forças reaccionárias (PENA, José Areosa, *Expresso*, 4 abr. 1974, p.12).

O excerto transcreve o início deste artigo, que permite captar as forças em presença em Moçambique naquele longínquo ano de 1974 e serve de pretexto para apresentar o romance *Vinte e Zinco* (COUTO, 1999) publicado em 1999, a convite da editorial Caminho.⁵ Os 25 anos decorridos entre 1974 e 1999 permitiram a Mia Couto olhar os efeitos da Revolução dos Cravos na vida do seu país. Assim *Vinte e Zinco* é uma obra que vai refletir muito do pré e pós independência moçambicana.

A narrativa, tecida entre os dias 19 e 30 de Abril de 1974, descreve o quotidiano de Moebase, uma aldeia algures em Moçambique, “em pleno mato africano, lá onde o pé de branco nunca assentou” (COUTO, 1999, p. 16), evidenciando a dualidade que envolve colonizado e colonizador e mostrando que com o 25 de Abril se desorganizaram as relações entre os habitantes da aldeia.

A rotina na aldeia de 19 a 24 de Abril decorria apavorada pela repressão colonialista manifesta na personagem Lourenço Castro, o PIDE torturador, simultaneamente atormentado pelo remorso e pelo pavor de vingança dos que subjugava, “um guerreiro, de espáduas circunflexas [que] não exala glória” (COUTO, 1999, p. 16). Diamantino e Soco-Soco, seus

⁵ Em Abril de 1999 a editorial Caminho, para festejar as bodas de prata do 25 de Abril, lança uma colecção de 11 títulos intitulada *Caminho de Abril* e convida alguns escritores. Dois autores africanos integram a colecção: o moçambicano Mia Couto com *Vinte e Zinco* e o cabo-verdiano Germano Almeida com *Dona Pura e os Camaradas de Abril*.

ajudantes na cela da tortura, senhores de comportamentos eivados de autoritarismo e ódio, reproduziam e potenciavam a repressão do chefe.

Lourenço Castro procura seguir as pisadas de seu pai, o implacável PIDE carniceiro, Joaquim Castro, morto anteriormente, no momento em que tentava precipitar no mar um grupo de presos:

[Joaquim Castro] Mandava que os presos, de mãos atadas, se chegassem à porta aberta do aparelho [helicóptero]. Depois com um pontapé os fazia despenhar sobre o oceano. [...] Daquela vez [...], foi ele próprio apanhado num emaranhado de pernas [que se cruzou em seu redor]. Como tesouras de carne dos membros inferiores dos presos [...] arrumados em prévia combinação [...] o arrastaram para o vazio a partir do helicóptero (COUTO, 1999, p.24-25).

Na casa colonial da aldeia, assombrada pela memória de Joaquim de Castro vivem com Lourenço a mãe Dona Margarida e a tia Irene.

Dona Margarida, figura apagada, preconceituosa, submissa e ambígua, no dia 25 de Abril, viria a revelar-se, transfigurada, — “uma outra mulher nascera dentro do seu frágil corpo” (COUTO, 1999, p.94), — e discordante da acção dos seus homens, se bem que tenha continuado a patentear um comportamento racista, expondo um carácter de indivíduo oriundo da Europa que, sendo branco, se julga superior aos moçambicanos negros, decalque dos seus pares da Rodésia e África do Sul.

A epígrafe do dia 20 de Abril, extraída do diário da tia Irene — “Ninguém nasce desta ou daquela raça. Só depois nos tornamos pretos, brancos ou de outra qualquer raça” (COUTO, 1999, p. 23), — explica o *modus vivendi* de Irene em Moebase:

Em Moçambique a jovem Irene se descaminhara, exilada do juízo e das maneiras. Se misturara com os negros, dera licença a rumores e vergonhas. Procedimentos que despergaminhavam a honra familiar. [...] Assim, bela e feliz, Irene escapava à cinzentura daquela casa, vergada sob silêncios e suspiros. [...] A moça usufruía do lugar, sem fronteira de medo. Passeava sozinha nos bairros dos negros.

Sentava-se com eles. Bebia e comia com eles. Pelas tardes, escapava ao tempo nos lagos de Nkuluine (COUTO, 1999, p. 24-25).

Irene, contrariamente à irmã e sobrinho, representa a personagem branca “assimilada ao avesso”. Sem qualquer pretensão de se assumir como colonizadora, tem um relacionamento de amizade e igualdade com os negros, absorvendo a cultura dos moçambicanos, ao ponto de praticar os seus rituais, e envolve-se afetivamente com o mulato Marcelino, membro da Frelimo, a quem passa documentos confidenciais, desviados de casa.

Na outra margem de Moebase, vivem os “amigos” de Irene, aqueles cujo telhado é de “zinco”: a nyanga Jessumina, feiticeira, Custódio Juma, dono da oficina, Marcelino, o namorado de Irene, posteriormente preso, torturado à morte por vingança de Lourenço, e o cego Andaré Tchuisco. Estas personagens, os oprimidos, com suas características e peculiaridades, constituem o cenário associado ao espaço sociocultural afro-moçambicano, aqueles para quem o 25 de Abril em 1974 pouco significou, à exceção da retirada dos brancos colonialistas.

Jessumina e Andaré são as personagens mais importantes do ponto de vista da cultura tradicional, com quem Irene partilha as cerimónias ancestrais, que vai assimilando, ao ponto de celebrar o ritual dos falecidos e de, no final da narrativa, se embrenhar no lago Nkuluine pela mão da nyanga. É também a Jessumina que D. Margarida recorre quando se sente perdida pelos acontecimentos. As adivinhações de Jessumina permitem-lhe que afirme: “Vinte e cinco é para vocês que vivem nos bairros de cimento. Para nós, negros pobres que vivemos na madeira e zinco, o nosso dia ainda está por vir” (epígrafe do romance). Tal dia viria a ser um outro 25, mas em junho de 1975.

Andaré Tchuisco, o cego “que via futuros”, tem a clarividência de compreender a ameaça que paira sobre o futuro de Moçambique, ou seja, a identificação dos nativos com os colonizadores, o que o levará a dizer, no dia 29 de Abril:

Os portugueses estiveram tanto tempo fechados connosco que agora há os que querem ser iguais a eles. [...] Seu medo era esse: que esses que sonhavam ser brancos

segurassem os destinos do país. Proclamavam mundos novos, tudo em nome do povo, mas nada mudaria senão a cor da pele dos poderosos. A panela da miséria continuaria no mesmo lume. Só a tampa mudaria (COUTO, 1999, p.133).

O quotidiano podre de Moebase é agitado por uma notícia anunciada na rádio, um golpe de estado acontecido lá longe que irá subverter o *status quo* em Moebase. No dia 25, o dr. Peixoto vai à casa dos brancos transmitir essa inquietante e inesperada notícia:

Na rádio, dizem que houve um golpe de Estado, caiu o regime.

- Regime? Qual Regime? Para ele não havia regime. Havia Portugal. A pátria eterna imutável. Portugal uno e indivisível. O visitante repetiu, como se duvidasse que o outro o tivesse entendido”.

- *Foi um golpe, houve um golpe em Lisboa!* (COUTO, 1999, p.92).

Mia Couto vai exemplificar os comportamentos de muitos dos colonizadores, perante a expectativa criada pelo golpe de Estado em Margarida, figura obscura até esse dia, que se revela e decide regressar a Portugal, e em Lourenço que não quer aceitar a realidade e teimosamente pretende “remar contra a maré”.

No dia 25 de Abril, Margarida rejubila com a notícia. Enfim consegue manifestar-se inteiramente contra tudo o que os seus homens tinham feito e anseia por se ir embora:

- Até que enfim, aconteceu! Deus seja louvado.

A mãe agradecia a Deus aquela tamanha desgraça? O juízo da senhora teria sofrido um idêntico golpe de Estado? [...] A mãe parecia transfigurada. [...]

- A única coisa que eu quero é ir embora. Todos esses anos, esse foi o meu sonho. E agora, Lourenço de Castro, só nos resta mesmo é ir embora.

O filho não reconhecia a progenitora. [...]

- *Quando teu pai morreu eu pensei que tudo tinha acabado. E que voltávamos para a nossa aldeia de onde nunca devíamos ter saído. Mas depois tu quiseste-o vingar, seguir-lhe as pisadas, essa merda da política.*

- *Não acredito que esteja a usar essa linguagem, mãe.*

- *Merda é pouco, filho. Merda é pouco. Por isso que, por mais que nos lavemos, não há água que chegue para nos limparmos do passado* (COUTO, 1999, p.93-94).

No dia 26 de Abril, o noticiário da rádio fala da Revolução dos Cravos em Portugal e de “manifestações de rua em Lisboa” (COUTO, 1999, p.97), é o dia do aniversário de Lourenço, a mesa está decorada para a festa, há um bolo de velas, mas não vem ninguém, nem o padre, nem a tia Irene, nem os empregados: *Foram todos [...] e não era o que devíamos fazer, Lourenço? Aqui sozinhos, no meio desta gente tão vingativa...* (COUTO, 1999, p.99). A figura franzina e passiva de Margarida desperta e sem baixar os olhos, enfrenta o filho e propõe a libertação dos presos, argumentando:

- *Você não quer mandar alguém soltá-los?*

- *Soltá-los? [...] Sem receber ordens superiores?*

- *Mas ordens de quem? A PIDE, lá no continente, já acabou [...] Já acabou tudo, filho. Não entende? [...] Diga-me só uma coisa ... Faz algum sentido manter, agora, essa gente presa*” (COUTO, 1999, p.100).

Assistimos a uma verdadeira metamorfose de Margarida, que no dia 29 de Abril decidiu partir, através do rio na direcção de Pebane, de onde seria mais fácil sair de Moçambique: “os brancos de lá estão fugindo para a África do Sul” (COUTO, 1999, p.125). No entanto, fiel à sua ótica de branca colonialista e racista, Margarida quebrou “todas as loiças antes de se retirar. Não ficasse nada para ninguém”, deixou ordem ao filho que deitasse “fogo ao que restasse, mas não sobrasse nada para os negros” (COUTO, 1999, p.126).

Lourenço está sozinho e perdido; agora que a mãe partiu, afirma não ter terra, não sabe o que fazer, para onde ir. Andaré aconselha-o a partir:

- *Porquê não volta para a sua terra?*
- *Eu já não tenho terra nenhuma. Minha mãe, sim, ela tem terra.*
- *Você quer ficar em África?*
- *Vou-lhe dizer uma coisa, Andaré. África teve duas grandes tragédias: uma foi a chegada dos brancos; a outra vai ser a partida dos brancos. [...] - Aposto foi um branco que escreveu: Deixe que sejam os pretos a escrever sobre eles mesmos. E, agora, se vá, meta-se pelos caminhos. Para você, aqui há pouco mundo (COUTO, 1999, p.131-132).*

Nos dias que se seguem, assiste-se à subversão da população contra os seus opressores: Diamantino e Soco-Coco já haviam sido mortos no dia 27 de Abril, Lourenço, contra a lógica e todos os conselhos, permaneceu e iria ser morto no dia 30, por Irene, deduz-se.

CONCLUSÃO

Lourenço, qual “búzio que ensurdeceu” (COUTO, 1999, p.116) em conversa com Andaré, ainda revela a sua obstinação:

- *Isto não pode ficar assim. A minha gente não vai deixar isto ficar assim.*
- *O senhor já não tem gente nenhuma, senhor Castro. Vá-se embora daqui, sem mais demora. [...]*
- *Eu não vou, fico por aqui. Vou morrer aqui já sei.*
- *Deixe disso, senhor Castro. Ainda lhe vou convidar para a festa da nossa Independência.*
- *Preferia morrer a essa tragédia.*
- *Este vinte e cinco ainda não é nada. Hão-de vir outros vinte e cinco, mais nossos. Desses em que só há antes e depois (COUTO, 1999, p.119).*

O 25 de Abril possibilitou o início do processo de descolonização e, na sua esteira, a proclamação das independências de todas as colónias no

ano de 1975: Moçambique em 25 de junho, Cabo Verde em 5 de julho, São Tomé e Príncipe em 12 de julho, Angola em 11 de novembro, Timor-Leste em 28 de novembro, tendo sido invadido e ocupado pela Indonésia pouco depois, em 7 de dezembro, apenas recuperou a sua independência em maio de 2001, na sequência de um referendo em 30 de agosto de 1999. A Guiné-Bissau que tinha proclamado unilateralmente a sua independência, a 24 de setembro de 1973, embora nessa data tivesse sido reconhecida internacionalmente, por Portugal só o foi em 10 de setembro de 1974.

Os dados estavam lançados, mas os novos países ainda atravessariam caminhos eivados de muitas dificuldades, tragédias até, como foi o caso de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Timor-Leste, pois como temeu Andaré Tchuisco: “a panela da miséria continuaria no mesmo lume. Só a tampa mudaria” (COUTO, 1999, p.133).

REFERÊNCIAS

COUTO, Mia. *Vinte e cinco*. Editorial Caminho, 1999.

MONICO, Reto e VIEIRA, Joaquim, *Nas Bocas do Mundo — O 25 de Abril na Imprensa Internacional*, Lisboa, Tinta da China, 2014.

Data de recebimento: 25 de abril de 2014

Data de aprovação: 30 de maio de 2014